



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 13/04/2016

# MPE ingressa com mais uma ação contra Augusto Bezerra

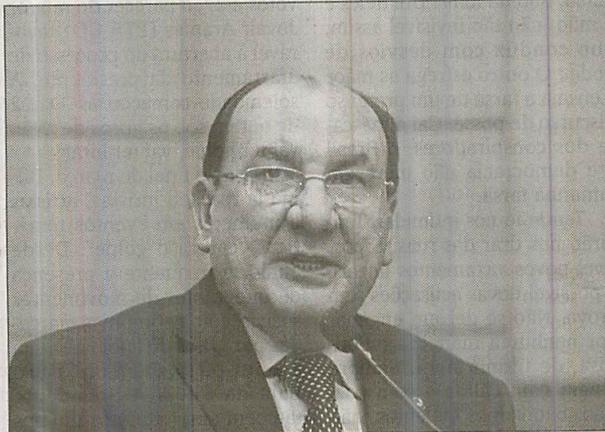
## 13 ocupantes de cargos comissionados são acusados de devolver salários

César de Oliveira/Ag. Alese

O Ministério Público Estadual entrou na Justiça com mais uma ação civil pública contra o deputado estadual Augusto Bezerra (DEM). Ele e mais 13 pessoas que exerciam cargos comissionados na Casa Civil do governo estadual estão sendo processados por improbidade administrativa. O parlamentar encontra-se afastado da função legislativa por decisão judicial, para não interferir nas investigações que apuram o desvio de recursos das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa.

De acordo com a ação do MP, os 13 servidores comissionados atuavam como “funcionários fantasmas”, que recebiam salários sem trabalhar e repassavam mais de 90% da remuneração que recebiam para o deputado. O suposto esquema teria provocado dano ao patrimônio público na ordem de R\$ 136,4 mil no ano de 2014. O processo corre na 8ª Vara Cível. Augusto Bezerra e os 13 comissionados são acusados de enriquecimento ilícito, danos ao erário e violação aos princípios administrativos.

São acusados Clauberto Santos, Cláudio Polonio Me-



SEGUNDO o MP, funcionários fantasmas não trabalhavam

nezes dos Santos, Claudionor Menezes dos Santos, Eleni Souza dos Santos, Elma de Jesus, Fernanda Ferreira dos Santos de Souza, Juarez da Costa Simões, Marcela Simões Cardoso, Marcos Sérgio Ferreira do Nascimento, Patrícia Oliveira Santos, Reginaldo Mendonça Santos, Rosilânia Fontes Santana e Sara Félix Cruz Hora. Na ação, o MPE solicita o afastamento das funções públicas de todos os réus, ressarcimento

dos recursos supostamente desviados, indisponibilidade dos bens dos réus e de contas bancárias até o limite de R\$ 136,4 mil e estabelece em R\$ 818,8 o valor da causa.

Segundo o Portal Infonet, convocados para prestar esclarecimentos sobre os repasses dos recursos para a conta bancária pessoal do deputado os servidores apresentaram explicações não convincentes. Nos depoimentos, uns disseram

que fizeram os repasses para pagar empréstimos pessoais que teriam contraído diretamente com o deputado. Outros informaram que fizeram empréstimos em instituições financeiras, tendo o deputado como avalista.

De acordo com o MP, os envolvidos assumiram que trabalhavam para Augusto Bezerra e que não tinham horário fixo para exercer a atividade, nem compareciam à Casa Civil, onde estavam lotados para trabalhar, dedicando-se a contatos político-eleitorais em favor do parlamentar. A defesa do parlamentar não se manifestou sobre o caso e o governo, através da Secretaria de Comunicação, informou que os nomes dos servidores denunciados pelo MP “foram identificados em duplicidade e que foram exonerados desde o dia 1º de março deste ano”.

A ação judicial é assinada pelos promotores Jarbas Adelineo, Antonio Fernandes Júnior, Maria Helena Sanches, Ana Paula Machado e Henrique Ribeiro Cardoso, do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa vinculado à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público.